



## COMO FUI PARAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL: DIFERENTES PERCURSOS E INSERÇÕES DISTINTAS NO TRABALHO

Laís Leni Oliveira Lima – [laisleni@yahoo.com.br](mailto:laisleni@yahoo.com.br)

Vânia Ramos Rodrigues – [aniaramosr@hotmail.com](mailto:aniaramosr@hotmail.com)

UFG-CAJ

UFG-CAJ

**Palavras-chave:** *trabalho, educação infantil, percursos,*

**Área Temática:** Formação e Prática Docente

### Introdução

Este trabalho é um sub-projeto de pesquisa de um projeto maior intitulado “As muitas faces do trabalho que se realiza na educação infantil” que tem como objetivo compreender as transformações históricas ocorridas no trabalho docente da Educação Infantil (EI) e os diferentes percursos e inserções das trabalhadoras que atuam nessa etapa de educação; conhecer qual a concepção das trabalhadoras sobre “ser professora na EI”; desenvolver e consolidar um projeto de estudos e pesquisa sobre o trabalho que se realiza na EI.

### Justificativa

Segundo Lima (2010), o trabalho docente e a organização escolar e, em especial o trabalho do trabalhador da educação, no processo de consolidação e constituição da sociedade, têm se submetido às variadas formas de estrutura organizacional. Essas formas de organização são expressões materiais do desenvolvimento social, econômico e cultural da sociedade, que impuseram uma constituição no ser e no agir desses trabalhadores. Tais dimensões organizativas se entrecruzam nas relações sociais e no interior das instituições escolares e não há como compreender esse trabalho somente por um aspecto, mas nas relações entre ambos.

Segundo pesquisas realizadas em diferentes Estados brasileiros sobre a “Qualidade da Educação Infantil”, coordenadas por Campos e Cruz (2006) aponta-se que o quesito considerado pelas entrevistadas como mais importante em uma instituição de EI é o “cuidar

bem”. Os itens que receberam menor importância pelas entrevistadas foram os que estavam relacionados à “escolarização” e à “formação dos professores”. Percebe-se que, na opinião das entrevistadas, o trabalho na EI é mediado por questões ideológicas e práticas de natureza assistencialista e compensatória.

Pesquisas realizadas por Lima (2010) ressaltam que a concepção de trabalho na EI ainda está carregada de sentidos variados, exige “prestação” de serviços pessoais, compreende empatia, compaixão, caridade, carinho; atos ligados à saúde e ao corpo, ou aspectos relacionados aos valores da ética, da formação física, moral, emocional, afetiva. Esta autora destaca que, em suas observações e nas entrevistas realizadas com as trabalhadoras, muitas vezes, estas encaram seus trabalhos como sacerdócio, e a trabalhadora que se aventura a exercê-lo o faz pelo “perfil da mãe que gosta”, por “dom” e “vocação”; nesse sentido, o trabalho contribui para a desvalorização econômica dessa atividade e pela sua secundarização.

Justificamos a importância desta pesquisa, uma vez que para elaborar políticas públicas para a formação e a prática docente para a EI é preciso conhecer e entender a função da trabalhadora dessa etapa de educação. Faz-se necessário também conhecer suas concepções de criança, infância, trabalho na EI, e, conforme essas concepções será possível identificar e analisar as diferentes concepções manifestadas por elas e assim, oferecer uma formação sólida. Essa formação poderá acontecer de diferentes maneiras, uma que propomos é a consolidação de grupos de estudos e pesquisas com a participação das trabalhadoras da EI, além de oferecer oportunidades de estudos também para diferentes membros, tais como: docentes e discentes do curso de Pedagogia; egressos do curso de Pedagogia e demais interessados. Esse grupo tem como objetivo entender o processo histórico da constituição do trabalho que se realiza na EI, e que, mesmo com os avanços das teorias, ainda predomina uma confusão de papéis, provocando uma desvalorização das trabalhadoras que atuam nessa etapa de educação. É preciso inverter essas concepções naturalizadas, visto que elas se convertem em mecanismos ideológicos que muitas vezes fragiliza o trabalho das trabalhadoras da EI.

## **Resultados**

Ainda não temos resultados finais deste trabalho, visto que este se encontra em andamento. Entretanto, segundo leituras realizadas e observações já efetuadas, entendemos que o papel das educadoras das crianças menores de cinco anos é, em determinados aspectos, similar aos de outros educadores de crianças maiores, diferenciando-se, em muitos outros. Porém, isso não dá o direito de ser “menor”

qualificado/valorizado, visto que essa diferenciação constitui uma prática específica do trabalho das profissionais da EI.

Campos e Cruz (2006) afirmam que o cenário que compõe as instituições de EI constitui-se de um trabalhador pouco qualificado, e, para os pais entrevistados, para crianças pequenas e pobres, não se fazem necessários profissionais qualificados. Assim, as mudanças implantadas pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB 9.394/96), principalmente as que se referem à formação profissional e à constituição da identidade dessa trabalhadora da EI, não foram implementadas e nem passaram a ser objeto de investigação. Essas mudanças demandam re-orientação na questão desse trabalho. A constituição do perfil dessa trabalhadora empreenderá uma caminhada complexa, primeiro porque é um “novo trabalho” e, segundo, porque esse passou a não ser considerado como tal: elas *cuidavam* das crianças, não *educavam*. Dessa configuração situacional/relacional desencadeia-se o processo de valorização das dimensões qualitativa e quantitativa desta categoria.

## Conclusões

Não temos ainda conclusões para descrever, porém, apontaremos algumas considerações a respeito dos diferentes percursos e inserções das trabalhadoras na EI, tais como a alta incidência de motivos classificados como vocação – gostar de crianças, ter amor, ter jeito para dar aulas, ser a segunda mãe – está muito ligada ao estereótipo ainda presente de que a educação e especialmente a infantil é, por excelência, a profissão da mulher. Essas questões se justificam porque, segundo Lima (2010) não existe ainda, no Brasil, uma formação específica para ser uma trabalhadora em uma instituição de EI, principalmente em se tratando de crianças menores de três anos. Segundo esta autora, se chega a essa profissão por inúmeros caminhos e currículos diferenciados, com durações variadas e objetivos diferentes. Mesmo as educadoras com graduação em Pedagogia têm seus modelos curriculares bastante distinto, as trabalhadoras da EI permeiam diferentes caminhos para se tornar professora nessa etapa de educação.

## Referências bibliográficas

BRASIL. Lei nº 9.394/96, de 20 dezembro, 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**. Brasília: 20 dezembro, 1996.

CAMPOS, Maria Malta.; CRUZ, Silvia Helena Vieira. **Consulta sobre qualidade da educação infantil: o que pensam e querem os sujeitos deste direito**. São Paulo: Cortez, 2006.

LIMA, Laís Leni O. **As muitas faces do trabalho que se realiza na educação infantil.** 2010. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.